

## **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL (ESHTE)**

**4º TRIMESTRE de 2021**

### **1. INTRODUÇÃO**

- a) A Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, no cumprimento das suas atribuições, definidas no Despacho Normativo n.º 13/2021, de 6 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, PARTE C, n.º 88, apresenta, no presente relatório, os elementos relativos à execução financeira do 4.º trimestre de 2021, suportada na informação registada pelos Serviços Patrimoniais e Financeiros.
  
- b) No decurso deste trimestre, a Presidência da ESHTE continuou a desenvolver todos os esforços para garantir os patamares indispensáveis de equilíbrio orçamental, na linha do controlo implementado a partir do último trimestre de 2013 e dando sequência a uma execução dentro dos parâmetros legais.
  
- c) No tocante ao ano letivo 2021/22, com início no 4.º trimestre de 2021, houve a preocupação de planificar as atividades letivas com a necessária antecipação, tentando-se conjugar as diretrizes respeitantes à pandemia com os efeitos decorrentes das obras previstas para o Campus do Estoril.
  
- d) Assim, o Despacho n.º 258/PRES/ESHTE, de 17/08/2021, adiantou um conjunto de orientações referentes ao modelo de funcionamento das atividades da ESHTE, apontando para o início das aulas no dia 20 de setembro de 2021. Com efeito, por questões de segurança relacionadas com as obras, então em curso, no bloco escolar, e por ainda se aguardar um esclarecimento da Direção-Geral da Saúde sobre os requisitos a respeitar em termos da utilização das salas de aulas face à pandemia, optou-se pela manutenção do funcionamento à distância para todas as unidades letivas teóricas, sendo que as aulas práticas e teórico-práticas teriam início quando existissem condições de segurança no recinto escolar.

- e) Contudo, face ao atraso observado nas obras de recuperação do edifício escolar, da responsabilidade do Turismo de Portugal, houve necessidade de protelar o arranque do ano escolar, pelo que o Despacho n.º 281/PRES/ESHTE/2021, de 01/10/2021, veio fixar definitivamente o dia 4 de outubro de 2021, como a data de início das aulas teóricas, teórico-práticas e práticas das licenciaturas, em regime *online*. Por outro lado, foi definido que as aulas em regime presencial de todos os cursos teriam a sua concretização a partir de 18/10/2021.
- f) Foi entendimento da Escola de que a evolução da pandemia associada ao novo Corona Vírus Covid 19, se encontrava numa fase muito mais controlada no nosso país, sendo que o risco de contágio se encontra mais mitigado, com uma elevada fração da população já vacinada, incluindo os jovens adultos. Por outro lado, a nota da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) e da Direção-Geral da Saúde (DGS) relativa às Orientações às Instituições Científicas e de Ensino Superior para garantir a realização de atividades letivas e não letivas presenciais, publicada em 08/09/2021, modificou substancialmente as orientações e regras anteriores, designadamente ao estabelecer que *"(..) nas salas, quando possível, deve garantir-se um distanciamento físico adequado entre as pessoas, sem comprometer o normal funcionamento das atividades letivas presenciais"*.
- g) Com efeito, os Despachos, aprovados antes do conhecimento destas Orientações, assentavam na manutenção em vigor das regras e orientações anteriores, designadamente, na exigência, entretanto retirada, de observância do distanciamento social de dois metros. Deste modo, o modelo de funcionamento do presente ano letivo foi adaptado a estas novas Orientações e às novas regras da terceira e última fase do desconfinamento.
- h) Contudo, como nota preambular final, há que enfatizar que o funcionamento da ESHTe no ano de 2021, à semelhança do observado no ano anterior, foi fortemente marcado pelos efeitos da pandemia, pelo que a apreciação das atividades desenvolvidas não pode ser dissociada deste constrangimento, refletindo um problema que foi comum a todo o ensino superior em Portugal. Contudo, deve-se

ressaltar que a nossa Escola revelou capacidade para se adaptar a esta fase delicada, dando uma resposta cabal ao nível da mobilização da comunidade académica, da conversão dos modelos de ensino e da renovação pedagógica.

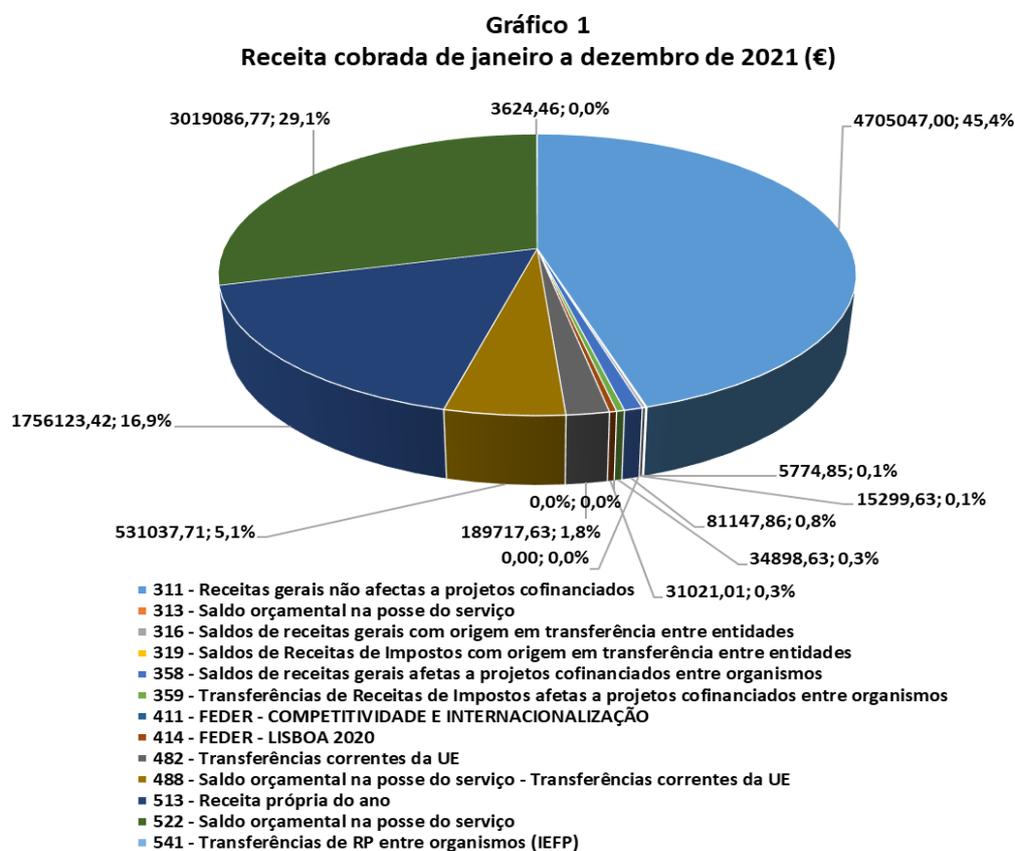
- i) A receita cobrada líquida de janeiro a dezembro de 2021 cifrou-se em 10.373,8 milhares de Euros, ou seja, um quantitativo que superou em 7,3% o valor obtido no ano anterior (9.664,20,1 milhares de euros).
- j) Por outro lado, a despesa paga no final do 4.º trimestre de 2020 ascendeu a 6.316,2 milhares de Euros, o que constituiu um aumento de 4,1% em relação à realizada no ano anterior (6.067,0 milhares de Euros).
- k) É de referir que no decurso da execução orçamental deste período foi possível regularizar todos os pagamentos aos fornecedores e colaboradores da Escola.
- l) A ESHTe procedeu também à entrega integral das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social.
- m) Assim, e no sentido de permitir uma análise mais abrangente à execução orçamental da ESHTe, os Anexos I a III apresentam os dados provisórios de uma forma sistematizada.

## **2. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTAL DO 4º TRIMESTRE**

### **2.1. DA RECEITA**

- a) A Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril teve como fontes de financiamento para a sua atividade durante o ano de 2021, as origens discriminadas no Gráfico 1 (ver também o Anexo I);
- b) Conforme se pode verificar, as transferências do OE e as receitas próprias proporcionaram, no conjunto, 62,3% das verbas destinadas ao funcionamento da Escola em 2021, o que constituiu uma incidência inferior à observada em 2020 (64,8%). Assinale-se que com a exclusão dos saldos transitados, o quantitativo de

receitas cobradas fixou-se em 6.720,4 milhares de Euros em 2021, o que ficou 3,2% acima do montante apurado no ano anterior (6.511,2 milhares de Euros).



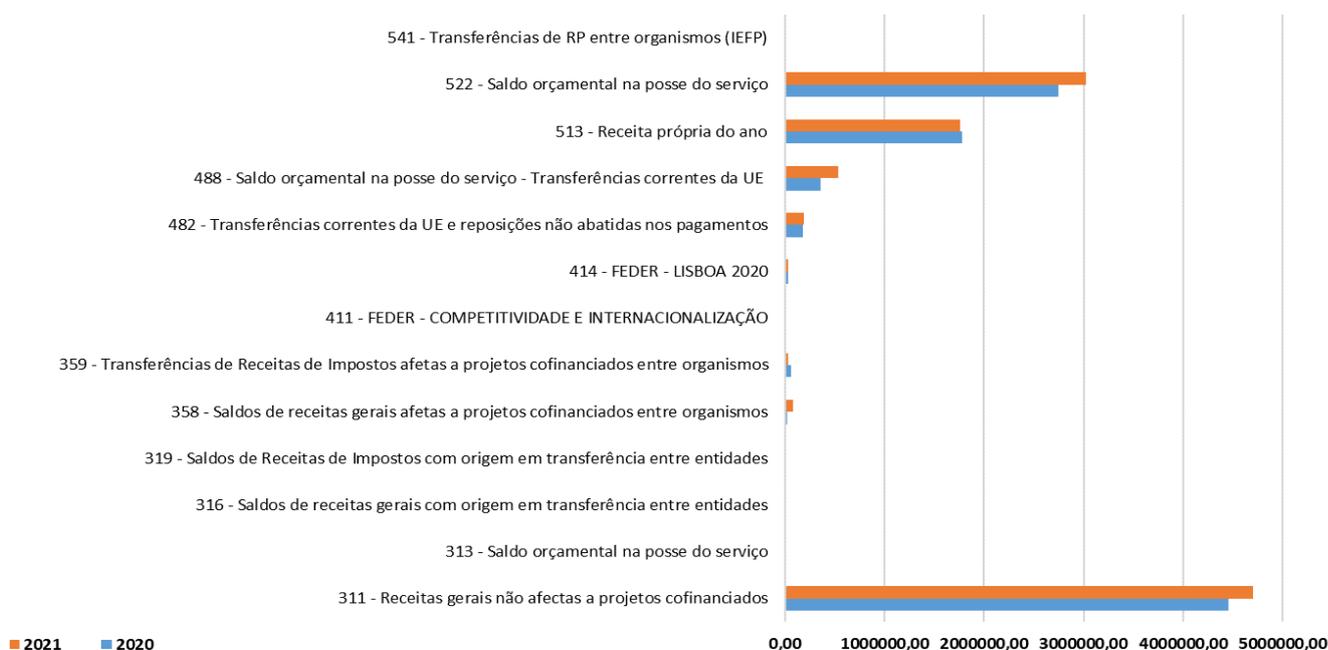
As transferências do Orçamento de Estado (OE) ascenderam a 4.705,0 milhares de Euros no cômputo do ano de 2021, o que constituiu um acréscimo de 5,5% face ao ano anterior. A verba global transferida de receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados (OE) representou 45,4% do total das receitas cobradas em 2021, contra 45,9% em 2020.

Por outro lado, as receitas próprias da Escola proporcionaram 16,9% do total das receitas cobradas em 2021, o que ocasionou uma redução significativa face à incidência detetada nos dois anos imediatamente precedentes (18,9% e 23,7%, respetivamente, em 2020 e em 2019). Para esta situação contribuiu a redução observada na propina máxima a pagar pelos alunos nos cursos de licenciatura, conforme decisão governamental.

Assinale-se a inclusão das receitas cobradas inerentes ao financiamento final pela FCT dos projetos SAICT<sup>1</sup> (rubrica 359), bem como a transferência das verbas do Instituto Politécnico de Leiria com referência ao funcionamento do CiTUR - Estoril, as quais integram a rubrica 319. Por outro lado, as rubricas 411 e 414 reportam-se a parcelas recebidas no âmbito de projetos financiados pelo FEDER (União Europeia), enquanto que a rubrica 541 reporta-se a transferências do IEFP no âmbito da Medida “Emprego - inserção + para pessoas com deficiência e incapacidade”.

- c) No Gráfico 2, inserto seguidamente, apresenta-se a evolução da receita cobrada nos dois últimos anos, desagregando-se os valores pelas fontes de financiamento.

**Gráfico 2**  
**Receita cobrada - janeiro a dezembro (€)**



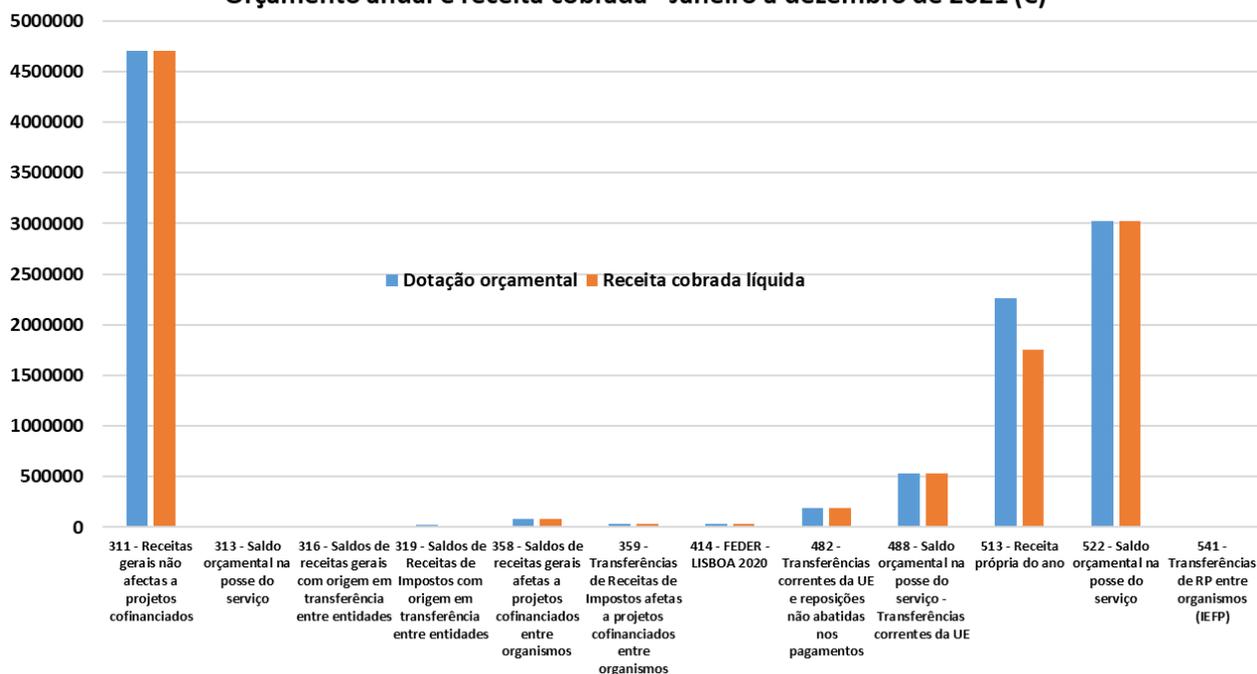
No confronto entre os dois anos, saliente-se a baixa verificada nas receitas próprias (-1,2%), enquanto que no caso das transferências correntes da UE (Mobilidades ERASMUS), o saldo orçamental na posse do serviço aumentou 48,1% face ao ano anterior, refletindo a menor utilização deste programa face à pandemia.

<sup>1</sup> Relativo às transferências referentes aos projetos TARGET (24882,07€), SALTREDUCTION (787,94€) e Misage (9.228,62€).

d) Em termos de comparação anual entre o valor de receitas previstas em orçamento e a receita efetivamente cobrada, verificou-se um grau geral de execução de 93,1% em 2021, contra 90,2% em 2020.

O Gráfico 3, abaixo reproduzido, ilustra a execução orçamental por fontes de financiamento, observando-se que, apenas no caso das receitas próprias correntes (77,7% em 2021), o nível de receitas cobradas divergiu significativamente da dotação existente.

**Gráfico 3**  
**Orçamento anual e receita cobrada - Janeiro a dezembro de 2021 (€)**



d) Dentro da componente das receitas próprias, assume particular importância as propinas pagas pelos alunos. Assim, o Quadro 1, que integra a página seguinte, demonstra a evolução do volume de propinas em dívida para os últimos 9 anos letivos já terminados.

Comparando a situação existente em 31/12/2021 (dívida de 300,6 mil euros) com a data homóloga do ano anterior (308,0 mil Euros), observa-se que a dívida geral dos alunos se manteve num patamar semelhante, o que obriga à manutenção das iniciativas tendentes a recuperar as propinas em mora, continuando-se a dar sequência às ações de articulação com as autoridades fiscais.

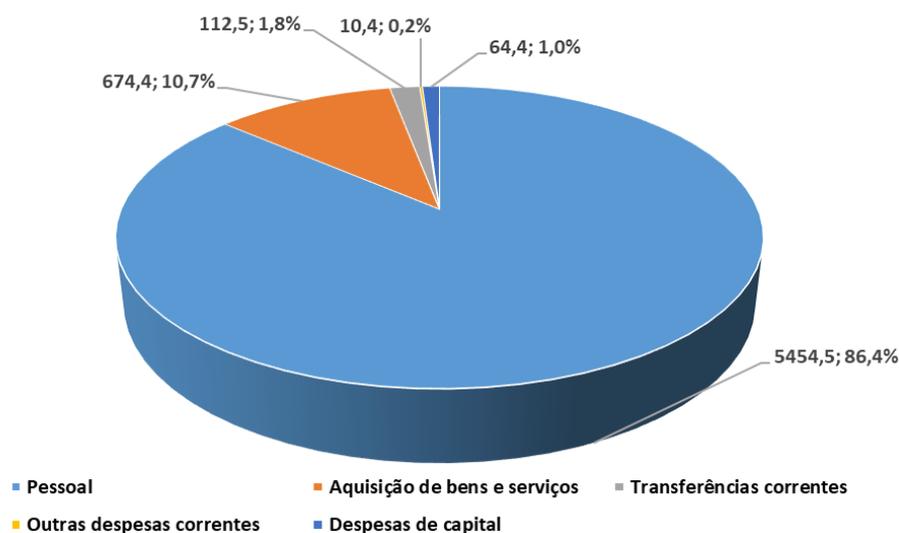
**Quadro 1**  
**Propinas em dívida (Euros)**

Ano letivo	Em 31-12-2020	Em 31-3-2021	Em 30-6-2021	Em 30-09-2021	Em 31-12-2021
2020/21	50 047,03 €	81 542,52 €	116 835,41 €	72 235,92 €	58 346,59 €
2019/20	49 419,24 €	42 645,26 €	39 927,20 €	37 639,59 €	39 461,27 €
2018/19	44 584,98 €	44 540,98 €	44 233,59 €	43 633,74 €	43 421,07 €
2017/18	13 928,86 €	13 928,86 €	13 662,10 €	12 977,51 €	17 183,22 €
2016/17	20 951,19 €	19 884,75 €	18 879,97 €	18 195,58 €	21 340,59 €
2015/16	14 771,39 €	14 293,08 €	10 986,17 €	10 354,45 €	10 084,17 €
2014/15	19 150,42 €	18 969,92 €	16 666,36 €	16 299,55 €	16 584,66 €
2013/14	54 878,25 €	54 478,25 €	54 112,53 €	54 062,53 €	54 417,53 €
2012/13	40 256,80 €	40 256,80 €	39 737,80 €	39 737,80 €	39 737,80 €
<b>TOTAL</b>	<b>307 988,16 €</b>	<b>330 540,42 €</b>	<b>355 041,13 €</b>	<b>305 136,67 €</b>	<b>300 576,90 €</b>

## 2.2. DA DESPESA

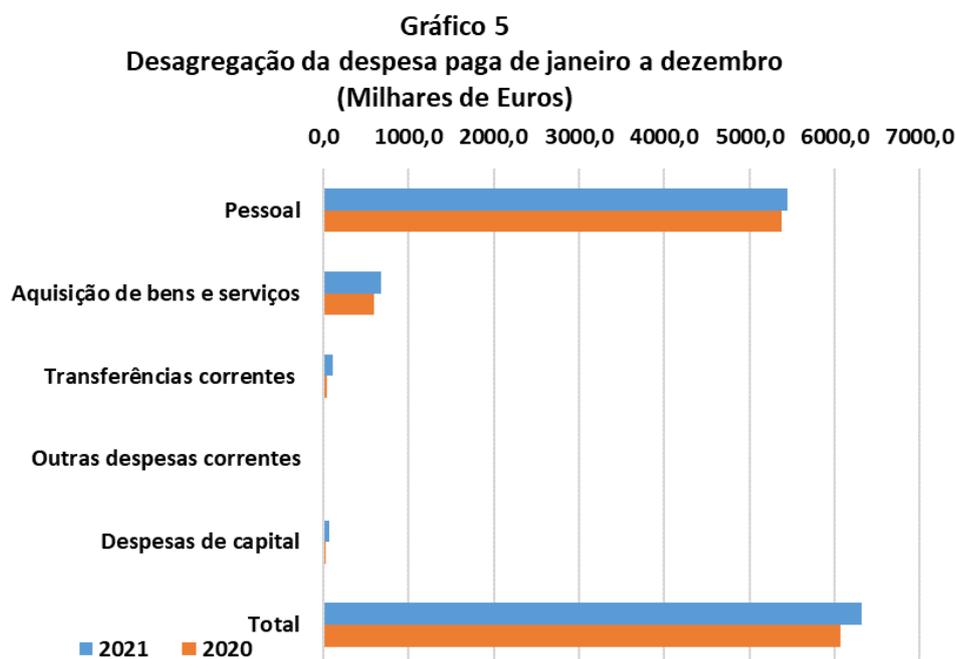
- a) No cômputo geral do ano de 2021, a despesa paga cifrou-se em 6.316,2 mil Euros, o que ficou aquém do orçamento global disponível em cerca de 42,1% (10.900,1 mil Euros). Se retirarmos o efeito da integração de saldos, a execução sobe para 87,4%, valor este acima do observado no ano passado (84,0%).
- b) A desagregação das despesas pagas pelas diferentes tipologias seguiu, em 2021, a distribuição que consta do Gráfico 4, inserto seguidamente.

**Gráfico 4**  
**Desagregação da despesa paga de janeiro a dezembro de 2021**  
**(Milhares de Euros; % do total)**



Conforme se pode observar, as despesas com o pessoal preencheram 86,4% do total (88,7% em 2020), seguindo-se a aquisição de bens e serviços com 10,7% (9,9%

em 2020). Em termos comparativos com 2020, a evolução das despesas processou-se do seguinte modo:



Para melhor visualização da situação, chama-se igualmente a atenção para o Quadro 2, a seguir reproduzido, o qual contém as variações percentuais para as principais rubricas, além da distribuição percentual das despesas para os dois últimos anos.

**Quadro 2**  
**Evolução das despesas pagas (€)**

	2021		2020		Var. % 2021/20
	Valor	%	Valor	%	
<b>Pessoal</b>	<b>5454472,16</b>	<b>86,4</b>	<b>5383701,10</b>	<b>88,7</b>	<b>1,3</b>
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>674377,82</b>	<b>10,7</b>	<b>601546,99</b>	<b>9,9</b>	<b>12,1</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>112543,85</b>	<b>1,8</b>	<b>48318,99</b>	<b>0,8</b>	<b>132,9</b>
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>10369,68</b>	<b>0,1</b>	<b>10308,46</b>	<b>0,2</b>	<b>0,6</b>
<b>Despesas de capital</b>	<b>64464,48</b>	<b>1,0</b>	<b>23562,48</b>	<b>0,4</b>	<b>173,6</b>
<b>Total</b>	<b>6316227,99</b>	<b>100,0</b>	<b>6067438,02</b>	<b>100,0</b>	<b>4,1</b>

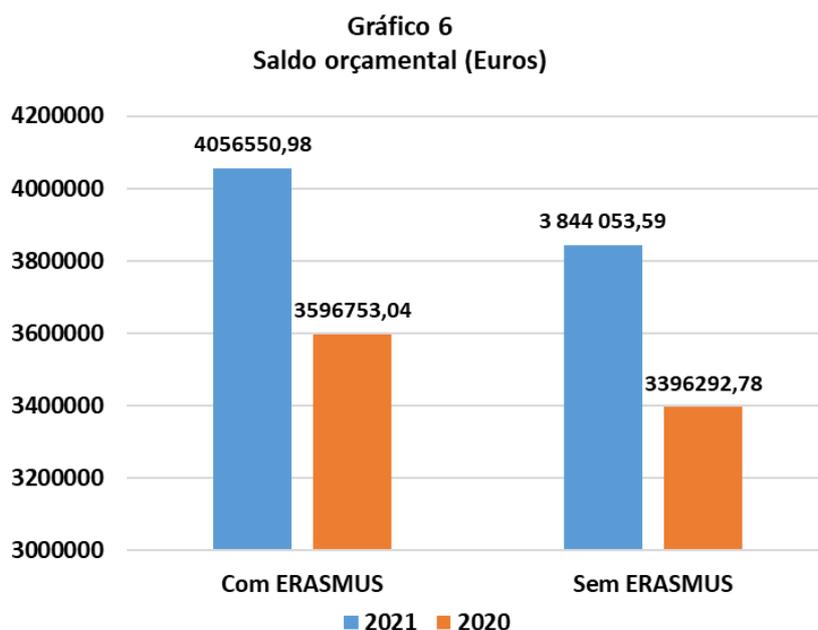
Assinale-se que as despesas com pessoal atingiram um valor superior ao registado no ano anterior em 1,3%, sendo que a contenção dentro do limite previsto no contrato de legislatura, foi possível de garantir através de um conjunto de medidas internas que conduziram a uma distribuição de serviço docente muito criteriosa, mas sem nunca se abdicar das contratações consideradas indispensáveis.

- c) Como decorre da apreciação do Anexo III, os aumentos observados dentro das despesas de pessoal ocorreram nas rubricas “Pessoal dos quadros” (+0,6% do que em 2020), “Pessoal além dos quadros” (+4,1%), “Subsídios de férias e de Natal” (+2,8%), “Colaboração técnica especializada” (+3,5%), contribuições para a Segurança Social (+4,5%) e Caixa Geral de Aposentações - CGA (+0,3%), e “Horas extraordinárias” (+5,2%). Em contrapartida, as rubricas “Órgãos Sociais” (-3,0%) e “Ajudas de custo” (-50,3%) revelaram decréscimos, sendo que neste último caso, as restrições decorrentes da pandemia explicam a menor mobilidade oficial.
- d) No caso da aquisição de bens e serviços atingiu-se, em 2021, um montante à volta dos 674,4 mil Euros, valor este superior ao verificado no ano anterior (601,1 mil Euros) em 12,1%. Assinale-se que a evolução desta rubrica foi fortemente condicionada pelo efeito da pandemia associada ao Novo Coronavírus Covid-19, como decorre da apreciação do Anexo III.
- e) Detalhando pelas principais tipologias de despesas, sobressaem os acréscimos 2021/20 observados ao nível das rubricas de “Vigilância e segurança” (+5,1%), “Limpeza e higiene” (+13,5%), “Conservação de bens” (+12,0%), “Comunicações” (+36,6%) e “Deslocações e estadas” (+420,6%). Tratam-se de variações na aquisição de produtos e serviços fortemente relacionados com os efeitos da pandemia, exceto no caso das “Deslocações e estadas”, onde se passou de um valor irrisório em 2020 (2,6 mil euros) para um valor ainda muito distante da dotação orçamental existente, mas refletindo sobretudo a concretização de algumas deslocações (de cariz pedagógico) que já foi possível realizar em 2021.
- f) Passando às “Transferências correntes”, onde sobressaem os movimentos inerentes ao programa de mobilidades Erasmus, detetou-se um acréscimo 2021/20 de 132,9% nas despesas pagas, o que evidencia alguma recuperação face ao ano anterior, onde os níveis de execução obtidos atingiram mínimos históricos. Relembre-se que os efeitos da pandemia foram extensivos à globalidade do ensino superior, refletindo uma situação de regressão generalizada ao nível internacional.

g) Finalmente, refira-se que as despesas de capital aumentaram 173,6% em relação ao ano anterior, refletindo sobretudo o investimento efetuado na aquisição de equipamento informático, destinado a garantir não só o *upgrade* do hardware de suporte aos programas DIGITALIS (gestão académica) e PRIMAVERA (gestão financeira), como também a dotação da Escola com os computadores necessários para garantir o ensino à distância por parte dos docentes.

### 3. APRECIÇÃO GERAL

O saldo corrente provisório a transitar para o ano de 2022 foi de 3.844,1 mil Euros, com exclusão da componente ligada às transferências comunitárias correspondentes à gestão do Programa ERASMUS. O Gráfico 6, a seguir inserido, resume a evolução observada.



O saldo acumulado atrás referido resultará sobretudo de receitas próprias (3.019,1 mil Euros), pelo que a ESHTe poderá aplicá-lo parcialmente, em 2022 e nos 2 anos seguintes, na concretização de um conjunto de obras decorrentes do protocolo celebrado, em 16/07/2019, com o Turismo de Portugal e o município de Cascais, o qual formaliza o acordo tendente à requalificação e expansão do Campus do Estoril, estabelecendo os termos e condições de cooperação entre as Partes. Para tal, a ESHTe poderá utilizar sem restrições a parte do saldo correspondente aos descontos para a

CGA (605,4 mil Euros) e, a manter-se o disposto no art.º 2.º da Lei do OE 2021 e no n.º 1 do art.º 20.º do DLEO2019, a aplicação em despesa do restante saldo transitado pode ser concretizada, recolhendo-se para o efeito, a autorização prévia do membro do governo responsável pela área das finanças.

Sem a integração de saldos acumulados, o saldo provisório do ano de 2021 seria de 632,7 mil Euros, ou seja, muito próximo do registado no ano anterior (690,1 mil Euros).

Como nota final, saliente-se que a ESHTTE registou, pelo oitavo ano consecutivo, um saldo orçamental positivo, o que ilustra o controlo e a eficácia da gestão financeira da instituição, a qual se tem vindo a pautar por regras e procedimentos com reflexos bem visíveis nas contas da instituição.

Estoril, em 18 de janeiro de 2022

**Anexo I**  
**Receita - Janeiro a dezembro (Valores em Euros)**

Financ.	Orçamento		Receita cobrada líquida (período corrente)		Execução orçamental	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
311	4705047,00	4460037,00	4705047,00	4460037,00	100,0%	100,0%
313	5775,00	5762,00	5774,85	5761,51	100,0%	100,0%
316	15300,00	..	15299,63	..	100,0%	..
319	24594,00	15301,00	0,00	15299,63	0,0%	100,0%
358	81148,00	22932,00	81147,86	22931,54	100,0%	100,0%
359	34900,00	52782,00	34898,63	58216,32	100,0%	110,3%
411	..	3850,00	..	3848,90	..	100,0%
414	31023,00	37154,00	31021,01	31708,49	100,0%	85,3%
482	189774,00	194286,00	189717,63	179064,07	100,0%	92,2%
488	531038,00	358649,00	531037,71	358648,95	100,0%	100,0%
513	2258822,00	2473838,00	1756123,42	1778301,00	77,7%	71,9%
522	3019087,00	2750374,00	3019086,77	2750373,65	100,0%	100,0%
541	3625,00	..	3624,46	..	100,0%	..
Totais	10900133,00	10374965,00	10372778,97	9664191,06	95,2%	93,1%

311 - Receitas gerais não afectas a projetos cofinanciados

313 - Saldo orçamental na posse do serviço

316 - Saldos de receitas gerais com origem em transferência entre entidades

319 - Saldos de Receitas de Impostos com origem em transferência entre entidades

358 - Saldos de receitas gerais afetas a projetos cofinanciados entre organismos

359 - Transferências de Receitas de Impostos afetas a projetos cofinanciados entre organismos

411 - FEDER - COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

414 - FEDER - LISBOA 2020

482 - Transferências correntes da UE

488 - Saldo orçamental na posse do serviço - Transferências correntes da UE

513 - Receita própria do ano

522 - Saldo orçamental na posse do serviço

541 - Transferências de RP entre organismos (IEFP)

**Anexo II**

**Despesa - janeiro a dezembro (Valores em Euros)**

Fonte financiamento	Orçamento inicial		Compromissos assumidos		Despesa paga		Execução orçamental (%)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
311	4705047,00	4 460 037,00	4 701 105,17	4 460 023,66	4 701 105,17	4 460 023,66	99,9	100,0
313	5775,00	5 762,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
316	15300,00	..	10 118,56	..	10 118,56	..	66,1	..
319	24594,00	15 301,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
358	81148,00	22 932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
359	34900,00	52 782,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
411	..	3 850,00	..	0,00	..	0,00	..	0,0
414	31023,00	37 154,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
482	189774,00	194 286,00	8 241,25	10 312,30	8 241,25	10 312,30	4,3	5,3
488	531038,00	358 649,00	99 296,93	31 920,40	99 296,93	31 920,40	18,7	8,9
513	2258822,00	2 473 838,00	1 416 745,73	1 350 789,74	1 378 412,08	1 350 789,74	61,0	54,6
522	3019087,00	2 750 374,00	119 054,00	214 391,92	119 054,00	214 391,92	3,9	7,8
541	3625,00	..	0,00	..	0,00	..	0,0	..
<b>Totais</b>	<b>10 900 133,00</b>	<b>10 374 965,00</b>	<b>6 354 561,64</b>	<b>6 067 438,02</b>	<b>6 316 227,99</b>	<b>6 067 438,02</b>	<b>57,9</b>	<b>58,5</b>

311 - Receitas gerais não afectas a projetos cofinanciados

313 - Saldo orçamental na posse do serviço

316 - Saldos de receitas gerais com origem em transferência entre entidades

319 - Saldos de Receitas de Impostos com origem em transferência entre entidades

358 - Saldos de receitas gerais afetas a projetos cofinanciados entre organismos

359 - Transferências de Receitas de Impostos afetas a projetos cofinanciados entre organismos

411 - FEDER - COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

414 - FEDER - LISBOA 2020

482 - Transferências correntes da UE e reposições não abatidas nos pagamentos

488 - Saldo orçamental na posse do serviço - Transferências correntes da UE

513 - Receita própria do ano

522 - Saldo orçamental na posse do serviço

541 - Transferências de RP entre organismos (IEFP)

Anexo III

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA - Janeiro a dezembro (Valores em Euros)

Tipos de despesas	2021			2020			
	Orçamento anual disponível	Despesa paga	Grau de execução orçamental (%)	Orçamento anual disponível	Despesa paga	Grau de execução orçamental (%)	
<b>1. Despesas correntes - Total</b>	<b>9 307 234,00</b>	<b>6 251 763,51</b>	<b>67,2</b>	<b>9 037 425,00</b>	<b>6 043 875,54</b>	<b>66,9</b>	
<b>1.1. Pessoal</b>							
Órgãos sociais	293 918,00	266 534,44	90,7	327 792,00	274 901,99	83,9	
Pessoal dos quadros	2 703 190,00	2 473 897,91	91,5	2 741 976,00	2 460 152,13	89,7	
Pessoal além dos quadros	1 230 570,00	905 561,74	73,6	1 010 271,00	869 580,48	86,1	
Subsídios de refeição	122 847,00	97 513,11	79,4	141 792,00	99 006,12	69,8	
Subsídio de férias e de Natal	646 163,00	613 322,37	94,9	748 766,00	596 723,63	79,7	
Horas extraordinárias	7 000,00	4 168,56	59,6	8 300,00	3 963,02	47,7	
Ajudas de custo	15 000,00	1 104,06	7,4	13 700,00	2 219,98	16,2	
Colaboração técnica especializada	45 000,00	43 934,54	97,6	49 797,00	42 461,82	85,3	
Contribuições C.G. Aposentações	1 027 013,00	605 413,42	58,9	923 835,00	603 688,92	65,3	
Contribuições Segurança Social	437 911,00	405 008,48	92,5	437 080,00	387 608,30	88,7	
Outras despesas	83 068,00	38 013,53	45,8	84 464,00	43 394,71	51,4	
<b>Total</b>	<b>6 611 680,00</b>	<b>5 454 472,16</b>	<b>82,5</b>	<b>6 487 773,00</b>	<b>5 383 701,10</b>	<b>83,0</b>	
<b>1.2. Aquisição de bens e serviços</b>							
Matérias-primas e subsidiárias	117 000,00	48 363,15	41,3	135000,00	51 458,32	38,1	
Vigilância e segurança	56 700,00	50 447,15	89,0	48 430,00	47 996,89	99,1	
Limpeza e higiene	102 310,00	88 741,24	86,7	92 950,00	78 213,47	84,1	
Conservação de bens	531 087,00	10 421,90	2,0	563 374,00	9 301,38	1,7	
Comunicações	17 790,00	12 107,29	68,1	12 800,00	8 862,11	69,2	
Transportes	1 200,00	644,99	53,7	2 200,00	938,51	42,7	
Deslocações e estadas	32 000,00	13 549,89	42,3	71 000,00	2 602,90	3,7	
Estudos, pareceres e projectos	21 522,00	21 180,00	98,4	37 922,00	27 490,00	72,5	
Material de consumo clínico	6 000,00	1 095,57	18,3	20920,00	10214,99	48,8	
Assistência técnica	70 600,00	52 740,84	74,7	91 060,00	77 678,47	85,3	
Seguros	7 629,00	6 236,50	81,7	11 185,00	9 880,79	88,3	
Livros e documentação técnica	3 000,00	1 353,78	45,1	23 400,00	21 767,77	93,0	
Outros trabalhos especializados	239 145,00	214 760,29	89,8	183 515,00	179 825,59	98,0	
Outras aquisições	726 595,00	152 735,23	21,0	622 542,00	75 315,80	12,1	
<b>Total</b>	<b>1 932 578,00</b>	<b>674 377,82</b>	<b>34,9</b>	<b>1 916 298,00</b>	<b>601 546,99</b>	<b>31,4</b>	
<b>1.3. Transferências correntes</b>	<b>746 067,00</b>	<b>112 543,85</b>	<b>15,1</b>	<b>616 599,00</b>	<b>48 318,99</b>	<b>7,8</b>	
<b>1.4. Outras despesas correntes</b>	<b>16 909,00</b>	<b>10 369,68</b>	<b>61,3</b>	<b>16 755,00</b>	<b>10 308,46</b>	<b>61,5</b>	
<b>2. Despesas de capital - Total</b>	<b>1 592 899,00</b>	<b>64 464,48</b>	<b>4,0</b>	<b>1 337 540,00</b>	<b>23 562,48</b>	<b>1,8</b>	
Equipamento de informática	67 599,00	43 113,88	63,8	23 500,00	12 578,60	53,5	
Software informático	..	..	..	990,00	639,60	64,6	
Equipamento administrativo	708 800,00	8 775,57	1,2	600 000,00	0,00	0,0	
Equipamento básico	816 500,00	12 575,03	1,5	713 050,00	10 344,28	1,5	
<b>Total geral</b>	<b>Despesas correntes e de capital</b>	<b>10 900 133,00</b>	<b>6 316 227,99</b>	<b>57,9</b>	<b>10 374 965,00</b>	<b>6 067 438,02</b>	<b>58,5</b>